



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4750 - Bairro Centro Político e
Administrativo CEP 78049-941 - Cuiabá - MT - <http://www.tre-mt.jus.br/>

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO NA SOLUÇÃO GESTIONNAIRE LIBRE DE PARC INFORMATIQUE – GLPI (PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N.º 05067.2025-0)

1. OBJETO ([art. 92, I e II](#), da Lei nº 14.133, de 2021)

1.1. Contratação da empresa AMBIENTE LIVRE ASSESSORIA EM SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ n.º 06.290.671/0001-00, para a prestação de serviço de capacitação técnica na solução open source de gerenciamento de serviços de TI (ITSM) e gerenciamento de ativos de TI (ITAM) GESTIONNAIRE LIBRE DE PARC INFORMATIQUE – GLPI.

1.1.1. O curso será dividido em duas partes, sendo a primeira denominada “Treinamento GLPI Help Desk e Service Desk – Fundamental corporativo on line ao vivo”, com 24 horas de duração, e a segunda denominada “Treinamento GLPI para Desenvolvedores – 16 horas – In company on line ao vivo”, com 16 horas de duração, totalizando 40 horas, sem número máximo de participantes para servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, lotados na Secretaria de Tecnologia da Informação – STI.

1.2. O prazo de vigência da contratação será o período de realização do evento on line, com data ainda a ser definida, na forma do artigo 106 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.3. A capacitação será realizada de forma remota e ao vivo, com carga horária total de 40 (quarenta) horas.

1.4. O valor total da contratação é de R\$ 22.249,49 (vinte e dois mil duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e nove centavos), sendo R\$ 13.970,61 referentes à primeira parte do curso (Treinamento GLPI Help Desk e Service Desk – Fundamental corporativo on line ao vivo) e R\$ 8.278,88 (oito mil duzentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos) referentes à segunda parte do curso (Treinamento GLPI para Desenvolvedores – 16 horas – In company on line ao vivo).

1.5. Eventual prorrogação é condicionada ao ateste pelo Contratante de que as condições e os preços permanecem vantajosos, permitida a negociação com a Contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

1.5.1. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenha sido prestados regularmente.

1.5.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que o Contratante mantém interesse na realização do serviço.

1.5.3. Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação.

1.5.4. Seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

1.6. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.7. A prorrogação desta contratação deverá ser promovida mediante celebração de termo

aditivo.

1.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando a Controlada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1. O presente Termo de Referência vincula-se à Lei n.º 14.133, de 2021, e subsidiariamente, às seguintes leis:

2.1.1. Lei n.º 10.406, de 2022 (Código Civil).

2.1.2. Lei n.º 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

2.1.3. Lei n.º 13.707, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

3. SUBCONTRATAÇÃO

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme previsto no art. 74, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A contratação é necessária para capacitar a equipe responsável pela gestão de serviços e ativos de tecnologia da informação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso, por meio da utilização da solução GLPI (*Gestionnaire Libre de Parc Informatique*), ferramenta open source de ITSM e ITAM. A capacitação justifica-se pela necessidade de domínio técnico da solução, visando:

- a)** assegurar a continuidade e a estabilidade dos serviços de suporte e gerenciamento de ativos de TI.
- b)** reduzir a dependência de suporte externo para configuração, manutenção e evolução da ferramenta.
- c)** promover maior autonomia técnica da equipe interna da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI.
- d)** adotar boas práticas de gestão de serviços e controle de ativos.

4.2. A contratação será realizada por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, considerando a inviabilidade de competição para serviços técnicos especializados com profissional ou empresa de notória especialização.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

São obrigações do Contratante:

- a)** acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de um Gestor designado, assegurando o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada. O Gestor deverá registrar eventuais falhas em documento próprio, comunicar quaisquer ocorrências que exijam medidas corretivas e adotar as providências necessárias para garantir a correta execução contratual.
- b)** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.
- c)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

- d)** não exigir da Contratada serviços estranhos às atividades especificadas no Termo de Referência.
- e)** fornecer as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- f)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- g)** notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- h)** comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- i)** efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência, salvo no caso de parcela onde houver controvérsia.
- j)** aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- k)** explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

5.1. O Contratante terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir sobre qualquer requerimento da Contratada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, admitida a prorrogação motivada, por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. ([art. 123 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

5.2. O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#), da Lei nº 14.133, de 2021)

6.1. A Contratada obriga-se a cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a)** reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo(a) fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado ao Contratante ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.
- c)** efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

- d)** quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, social e trabalhista, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, as certidões requeridas.
- e)** responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.
- f)** prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do(s) serviço(s).
- g)** não permitir a utilização de qualquer trabalho de pessoa menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para as maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- h)** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- i)** cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista no [art. 93, da Lei nº 8.213, de 1991](#), para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#)), comprovando o cumprimento da legislação, no prazo fixado pelo(a) fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas e mantendo durante todo o período de contratação as cotas exigidas por Lei.
- j)** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- k)** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- l)** cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante e as recomendações do(a) fiscal de contrato.
- m)** assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- n)** garantir o acesso do Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto do Contrato.
- o)** promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, no prazo determinado.
- p)** apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que atuarão na execução do serviço.
- q)** obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- r)** entregar, junto com a Nota Fiscal, as certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede da Contratada, além das certidões federais que não estejam sendo emitidas pela rede mundial de computadores.

- s) responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
 - t) orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na [Lei nº 13.709, de 2018](#), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
 - u) não caucionar nem utilizar o contrato a ser firmado para qualquer operação financeira.
 - v) arcar com todos os encargos diretos e indiretos que incidirem sobre a contratação, inclusive os trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual devendo apresentar, sempre que solicitada pelo(a) gestor(a) do contrato, a documentação comprobatória dos recolhimentos devidos.
 - w) recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa aplicadas em procedimento administrativo decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais.
 - x) acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do(a) gestor(a) do contrato designado pelo Contratante.
 - y) contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o [art. 225, da Constituição Federal](#) e em conformidade com a [Lei nº 12.187, de 2009](#), [Lei nº 12.305, de 2010](#), [Decreto nº 10.936, de 2022](#), Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e, no que couber, com o art. 6º, da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 2010.
 - z) assumir inteira e total responsabilidade técnica pela execução dos serviços.
- aa)** por força da Portaria nº 240/2022, que instituiu o Código de Conduta Ética das Contratações no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, a Contratada deverá ainda:

aaa.1) abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como se comprometer a observar os princípios previstos no artigo 3º do Código de Ética do TRE/MT (Resolução TRE/MT nº 2267, de 20 de março de 2019).

aaa.2) abster-se de contratar de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membro, magistrado e ocupantes de cargo em comissão ou função comissionada do TRE-MT, devendo o profissional, a ser alocado na execução do contrato, **assinar termo** que será entregue por ocasião da alocação do profissional.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E CRITÉRIO DE JUGALMENTO

- 7.1. Serviço técnico especializado em TIC, de natureza não continuada.
- 7.2. Critério de julgamento: notória especialização, sem competição.

8. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD ([Lei nº 13.709, de 2018 - LGPD](#))

- 8.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 2018](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidade que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da [Lei nº 13.709, de 2018](#).
- 8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas

em Lei.

8.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da Lei nº 13.709, de 2018](#), é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da Lei nº 13.709, de 2018](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fim de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.5. É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da [Lei nº 13.709, de 2018](#).

8.6. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.8. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da [Lei nº 13.709, de 2018](#), inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([art. 37 da Lei nº 13.709, de 2018](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na [Lei nº 13.709, de 2018](#).

8.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da [Lei nº 13.709, de 2018](#).

9. RECEBIMENTO DO OBJETO ([art. 140, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

9.1. Os treinamentos ocorrerão conforme cronograma pactuado, por meio de plataforma de vídeoconferência ao vivo.

9.2. Conteúdo Programático Mínimo:

9.2.1. TREINAMENTO GLPI HELP DESK E SERVICE DESK – FUNDAMENTAL CORPORATIVO ON LINE AO VIVO:

a) Conceitual: O projeto GLPI; Licenças Open Source X Free Software; ITIL (Overview); Service Desk e Help Desk; Tecnologias utilizadas no desenvolvimento; Características do GLPI; Empresas usando GLPI.

b) Instalação do Ambiente: Requisitos de Instalação; Ambiente LAMP (Linux, Apache, MySQL e PHP); Procedimentos de Instalação; Formatos de Autenticação (Ldap, AD, etc); Configuração de Email; Modelos de e-mails; Automações via agendador (cron).

c) Service Desk e Help Desk: Ciclo de Vida de Atendimento; Abertura de Chamados; Acompanhamento de Chamados; Acompanhamento de Problemas; Acompanhamento de Mudanças; Planejamento; Estatísticas; Chamados.

d) Gestão de Ativos: Computadores e Monitores; Softwares; Equipamentos de redes; Impressoras; Telefones; Linhas de telefone; Equipamentos; Licenças; Orçamentos; Suprimentos; Contatos; Contratos; Documentos e Manuais; Certificados; Localidade e Pontos de Rede; Ferramentas e

Funcionalidades Adicionais; Gestão de Projetos; Base de Conhecimento; Reservas/Empréstimos; Relatórios; Mensagem de Login/Notificação.

e) Administração GLPI: Grupos, perfil e usuários; Regras de acesso; Configuração de e-mail e fila de e-mails; Configuração de Notificações; Autenticação; Ações automáticas; SLAs; Componentes e listas; Dropdowns; Componentes; Nível de Serviços; Regras; Dicionários; Ações Automáticas; Manutenção e Logs.

f) Plugins: Conceito de Plugins; Plugins úteis; Instalando um Plugin.

g) Backup: Estratégias de Backup.

9.2.2. TREINAMENTO GLPI PARA DESENVOLVEDORES – 16 HORAS – IN COMPANY ON LINE AO VIVO:

a) Database: Modelo de Banco de Dados; Usando Triggers para customizações.

b) Framework: Main framework objects; Search Engine; Massive Actions; Rules Engine.

c) Customizações com Javascripts: Incluindo JavaScripts nas Interfaces.

d) Relatórios: Alterando relatório existente; Criando um novo Relatório.

e) Emails: Customizando e-mails de Notificação.

f) Plugins para Devs: Plugins de apoio para customizações; Customizando plugins existentes.

g) Desenvolvimento de Plugins: Estrutura de Diretórios; Setup.php; hook.php; Padrões de Código; Criando e Atualizando tabelas; Deletando tabelas; Definindo Objetos; Meu Objeto (CRUD); Tips e Trips; Notificações.

h) Temas: Customizando Temas; Alterando CSS.

9.3. Emissão de certificados aos participantes e disponibilização de ambiente prático para os treinamentos.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#), da Lei nº 14.133, de 2021)

10.1. A despesa decorrente do fornecimento objeto desta contratação correrá à conta dos créditos orçamentários consignados ao Contratante, custeada com recursos do orçamento do TRE-MT, em rubrica destinada à capacitação e desenvolvimento de servidores.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO ([art. 92, V](#), da Lei nº 14.133, de 2021)

11.1. A nota fiscal ou fatura deverá ser protocolada no TRE-MT imediatamente após a conclusão dos treinamentos. O documento deverá ser apresentado em duas vias, devidamente preenchido, sem emendas ou rasuras, contendo a descrição precisa dos serviços prestados, o valor correspondente, as retenções tributárias aplicáveis e o atesto do fiscal designado pela Administração, sob pena de caracterizar a infração tipificada no art. 155, VII, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal ou fatura, desde que apresentada conforme os requisitos do item anterior e devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

11.3. Caso a nota fiscal contenha erros, será devolvida para correção e reapresentação. O prazo de pagamento será ajustado, acrescentando-se ao prazo original o número de dias decorridos entre a devolução e a reapresentação do documento corrigido.

11.4. Nos termos do art. 92, V, da Lei nº 14.133, de 2021, caso o pagamento seja efetuado após 30

(trinta) dias do recebimento definitivo do objeto contratado, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

I = 0,0001644 (índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado: $I = (6/100/365)$);

N = número de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga.

12. GARANTIA CONTRATUAL

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos Arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, uma vez que o pagamento será efetuado em até o 20º (vigésimo) dia posterior ao recebimento definitivo do produto, o que garante à Administração evitar qualquer inadimplemento na prestação de serviço.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#), da Lei n.º 14.133, de 2021)

13.1. No caso de a Contratada incorrer em uma ou mais condutas tipificadas no [art. 155 da Lei n.º 14.133, de 2021](#), será responsabilizada administrativamente em uma ou mais das sanções previstas no [art. 156, da Lei n.º 14.133, de 2021](#), garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

13.2. Em caso de atraso na execução dos serviços, será aplicada multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia útil de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite máximo de 10% (dez por cento), nas hipóteses de atraso injustificado na entrega do(s) serviço(s). A entrega após esse prazo configura a inexecução parcial do contrato, cuja multa será de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação e a não entrega até 10 (trinta) dias úteis após o prazo final de entrega caracterizará inexecução total do contrato, cuja multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. As sanções de advertência ([art. 156, I, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)), impedimento de licitar e contratar ([art. 156, III, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar ([art. 156, IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa ([art. 156, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.5. O processamento das penalidades seguirá os ditames da [Lei n.º 14.133, de 2021](#).

13.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de](#)

[2021](#)).

13.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.9. As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do trânsito em julgado da aplicação da sanção, nos termos do [art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à contratada do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.13. Os débitos da Contratada para com o Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o Contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

14. ALTERAÇÕES ([arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

14.3. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

15.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá o Contratante optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os [arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato ([art. 137, III, da Lei nº 14.133, de 2021](#)). Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

15.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Contratante, conforme relação disponível no endereço eletrônico: <https://www.tre-mt.jus.br/institucional/conheca-o-tre-mt/corpo-diretivo>, ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.9. O Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

15.10. Até que a Contratada comprove o disposto no item anterior, o Contratante reterá:

- a) os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

15.11. O Contratante poderá ainda, nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do [art. 139, IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#), reter os eventuais créditos existentes em favor da Contratada decorrentes do contrato.

16. DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#), e normas e princípios gerais dos contratos.

17. PUBLICAÇÃO ([art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (<https://pncp.gov.br/>), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, V, do Decreto nº 7.724, de 2012](#).

18. FORO ([art. 92, §1º](#), da Lei nº 14.133, de 2021)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Cuiabá/MT - Seção Judiciária de Mato Grosso para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação administrativa, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e como prova de assim haverem ajustado, depois de lido e achado de acordo, este instrumento será assinado digitalmente ou, em caso de impossibilidade, impresso e assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Cuiabá/MT, em 30 de julho de 2025.

Representantes legais:

Assinado de forma digital
por EDGARD BELTRAO
LEONEL:10507376
Dados: 2025.08.01
14:54:04 -04'00'

EDGARD BELTRÃO LEONEL
Integrante Requisitante
Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura de Software - SEAS

Assinado de forma digital por CARLOS HENRIQUE
CANDIDO:57141339191
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=videoconferencia,
ou=3663111000107, ou=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, ou=ARSPRO, ou=RFB e-CPF A3,
cn=CARLOS HENRIQUE CANDIDO:57141339191
Dados: 2025.08.05 13:55:03 -04'00'

CARLOS HENRIQUE CÂNDIDO
Coordenador de Soluções Corporativas - CSCOR

Assinado de forma digital por
LEON MANOEL CAMPOS DOS
SANTOS FILHO:10507370
Dados: 2025.08.06 09:19:24
-04'00'

LEON MANOEL CAMPOS DOS SANTOS FILHO
Secretário de Tecnologia da Informação - STI